

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Abreviaturas e Siglas Usadas</i>	XXI
<i>Nota à 12ª Edição</i>	XXIII
<i>Nota à 9ª Edição</i>	XXV
<i>Nota à 8ª Edição</i>	XXVII
<i>Prefácio à 6ª Edição</i>	XXIX
<i>Prefácio à 3ª Edição</i>	XXXI
<i>Prefácio à 2ª Edição</i>	XXXIII

INTRODUÇÃO

1 – O princípio da separação dos poderes	1
2 – Insuficiência do processo tradicional	1
3 – Primeiras soluções brasileiras	2
4 – O mandado de segurança	2

Parte I

DO MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

Livro I

DIREITO COMPARADO

Capítulo I – Direito Francês	5
5 – Sistemas de controle da Administração	5
6 – Razão histórica do sistema francês	5
7 – Evolução do Conselho de Estado	6
8 – Órgãos da Justiça Administrativa	6
9 – Competência da Justiça Administrativa	6
10 – Principais recursos usados	7
11 – O recurso por excesso de poder	7
12 – O recurso de plena jurisdição	8
13 – Apreciação final	9
Capítulo II – Direito Italiano	11
14 – Órgãos de proteção do indivíduo	11
15 – Formas de tutela	11
16 – Direito subjetivo e interesse legítimo	12
17 – Modalidades de interesse legítimo	12

18 – Limites ao juízo ordinário	13
19 – Limites ao juízo administrativo	13
Capítulo III – Direito Mexicano	15
20 – Amparo e mandado de segurança	15
21 – Origens do amparo	15
22 – Evolução do amparo	16
23 – Princípios gerais sobre o amparo	16
24 – Suspensão do ato impugnado	17
25 – O dever de lealdade no amparo	18
Capítulo IV – Direito Norte-Americano	19
26 – Meios de defesa do particular	19
27 – Os remédios judiciais extraordinários	19
28 – O <i>writ of mandamus</i>	20
29 – A <i>injunction</i>	20
30 – O <i>writ of prohibition</i>	21
31 – O <i>quo warranto</i>	21
32 – O <i>writ of certiorari</i>	21
33 – Normas da Suprema Corte	22
34 – A ação declaratória cumulada com <i>injunction</i>	22

Livro II

NOÇÃO HISTÓRICA

Capítulo V – Direito Brasileiro	25
35 – Período colonial	25
36 – O Conselho da Fazenda	26
37 – Período da Independência	26
38 – Criação do Conselho de Estado	26
39 – Processo perante o Conselho de Estado	26
40 – Justiça Administrativa e Justiça Ordinária	28
41 – Solução de algumas contendas pelo Conselho de Estado	29
42 – Função consultiva do Conselho de Estado	30
43 – Abolição do Contencioso Administrativo	30
44 – Deficiência do processo comum	30
45 – A Lei nº 221, de 20 de novembro de 1894	31
46 – Insucesso dessa lei	31
47 – Ampliação do <i>habeas corpus</i>	32
48 – Primeiras sugestões para o mandado de segurança	32
49 – A reforma constitucional de 1926 e os novos projetos	32
50 – Criação do mandado de segurança na Constituição de 1934	33
51 – Influência das tendências anteriores	33
52 – Da Constituição de 1934 ao Código de Processo Civil de 1939	34
53 – Legislação posterior	34

Livro III

DOUTRINA DA AÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA

Capítulo VI – Natureza Jurídica do Mandado de Segurança	41
54 – Doutrina que não considera o mandado de segurança como ação	41
55 – Doutrina preponderante e suas divergências	42
56 – Classificação das ações, segundo a forma de atuação da lei no processo	43
57 – Classificação das ações segundo a sentença	43
58 – O mandado de segurança como ação de cognição	44
59 – A expedição do mandado como efeito secundário da sentença	45
60 – A medida liminar como fase cautelar	45
61 – Posição de Sebastião de Sousa	46
62 – Dificuldades da classificação do mandado de segurança	46
63 – Posição de Luis Eulálio de Bueno Vidigal	46
64 – Conclusão	47
65 – O mandado de segurança como ação cautelar	48
Capítulo VII – Condições da Ação de Mandado de Segurança	49
66 – Pressupostos processuais e condições da ação	49
§ 1º – <i>Primeira condição da ação</i>	50
67 – Liquidez e certeza do direito	50
68 – Origem dessa expressão	51
69 – Evolução legislativa	52
70 – Primeiras tentativas de definição	52
71 – Crítica das primeiras definições	53
72 – Conceito de Costa Manso	53
73 – Opiniões de Edmundo Lins e Castro Nunes	54
74 – Crítica das opiniões anteriores	55
75 – A terminologia da Constituição de 1946	55
76 – Conceito de liquidez	56
77 – Conceito de ilegalidade	57
§ 2º – <i>Segunda condição da ação</i>	57
78 – Conceito de legitimação	57
79 – Mandado de segurança individual e coletivo	58
80 – Uso do mandado de segurança por pessoas de direito público	63
81 – Argumentos contrários à admissibilidade	64
82 – Conclusão	65
83 – Requerimento por associação de classe	65
§ 3º – <i>Terceira condição da ação</i>	66
84 – Interesse de agir e necessidade de agir	66
85 – Importância do conceito	67
86 – Exaustão da instância administrativa	67
87 – Constitucionalidade dessa exigência	68
88 – Exceções ao princípio	69
89 – A impetração do mandado de segurança na pendência de recurso administrativo	70
90 – Interesse de agir e ato judicial	72

91 – Mandado de segurança preventivo	73
92 – Crítica ao critério do justo receio. Qualificação da ameaça	74
93 – Ameaça e mandado de segurança contra lei	75

Livro IV

OBJETO DO MANDADO DE SEGURANÇA

Capítulo VIII – Mandado de Segurança, <i>Habeas Corpus</i> e Ação Popular	79
94 – Critério constitucional de delimitação	79
95 – Conceito de liberdade de locomoção	79
96 – Critérios distintivos	80
97 – Cabimento do <i>habeas data</i>	80
98 – Ação popular	81
Capítulo IX – Dos Atos de Autoridade	83
§ 1º – <i>Dos atos da administração</i>	83
99 – Noção geral	83
100 – Exclusão do pedido de benefício patrimonial	84
101 – Atos omissivos	86
102 – Pessoas equiparadas a autoridades	86
103 – Ato disciplinar	88
104 – Importância da determinação da autoridade coatora	88
105 – Legislação anterior	89
106 – Legislação atual	90
107 – Ato violador baseado em lei	90
108 – Ato violador baseado em decisões normativas	91
109 – Ato decisório e ato executório	92
110 – Lei auto-aplicável	93
111 – Ato complexo	93
§ 2º – <i>Dos atos judiciais</i>	93
112 – Primeiras decisões	93
113 – Divergência posterior	94
114 – A Constituição de 1946	95
115 – Sugestão de Machado Guimarães	95
116 – A Lei nº 1.533	96
117 – Opiniões restritivas	97
118 – Nossa opinião	97
119 – Situação atual da jurisprudência	100
120 – Sentenças passadas em julgado	109
121 – Sentenças não passadas em julgado	110
§ 3º – <i>Dos Atos do Poder Legislativo</i>	111
122 – Espécies de atos do Poder Legislativo	111
123 – Atos administrativos do Poder Legislativo	111
124 – A lição de Rui	111
125 – A opinião tradicional	112
126 – Reavivamento da discussão	112

127 – A questão constitucional em mandado de segurança.	113
128 – Ação judicial contra lei em tese.	113
129 – Opinião predominante	114
130 – Restrições a essa opinião.	114
131 – O mandado de segurança contra lei apenas formal.	115
132 – As leis auto-executáveis.	115
133 – Crítica à posição tradicional	116
134 – Solução proposta	117

Livro V

DA RELAÇÃO PROCESSUAL

Capítulo X – Da Competência Originária.	121
135 – Princípios determinadores	121
136 – Fontes legais	121
137 – Regras comuns a todos os tribunais.	122
138 – Supremo Tribunal Federal	123
139 – Superior Tribunal de Justiça	124
140 – Tribunais Regionais Federais.	124
141 – Justiça Eleitoral	124
142 – Justiça do Trabalho	125
143 – Justiças Estaduais	126
144 – Tribunal de Justiça de Minas Gerais	126
145 – Tribunal de Alçada de Minas Gerais	128
146 – Juizes de Direito em Minas Gerais	128
147 – Justiça Federal de primeira instância.	129
Capítulo XI – Das Partes.	131
148 – Conceito de parte.	131
§ 1º – O Autor.	132
149 – Quem pode ser parte no mandado de segurança	132
150 – O pedido por mulher casada	133
151 – O pedido por estrangeiro não residente no país.	134
152 – A substituição processual do art. 3º da Lei nº 1.533	134
153 – Razoabilidade do prazo	135
154 – Consequência da substituição	135
155 – Fundamento jurídico da substituição.	135
156 – Necessidade de advogado	136
§ 2º – Do réu.	137
157 – Problema da parte passiva	137
158 – Divergências doutrinárias	137
159 – Análise das opiniões expostas	138
160 – Insuficiência da distinção entre sujeito da ação e sujeito da lide.	140
161 – Impetração contra o órgão: indefinição da parte passiva.	141
162 – Quem é parte passiva no mandado de segurança	141

163 – Consequências da condenação	142
164 – Um caso especial	142
165 – O problema do litisconsórcio necessário passivo	142
166 – O problema no mandado de segurança contra ato judicial	142
167 – Opiniões doutrinárias	143
168 – Orientação da jurisprudência	143
169 – O problema da Lei nº 1.533	145
170 – Conceito de litisconsórcio necessário	145
171 – Circunstâncias contrárias à admissão do litisconsórcio necessário	146
172 – Direito italiano	146
173 – Direito português	147
174 – Direito argentino	147
175 – Conclusão	148
176 – O problema no mandado de segurança contra ato judicial	148
177 – Forma de citação dos litisconsortes necessários	151
 Capítulo XII – Do Prazo para Requerer	 153
178 – Fixação legal do prazo	153
179 – Problemas relativos ao prazo	153
180 – Crítica à existência de prazo	155
 Capítulo XIII – Da Petição Inicial	 157
181 – Direito anterior	157
182 – Legislação vigente	157
183 – Peculiaridades	158
184 – Exigência do valor da causa	158
 Capítulo XIV – Da Suspensão Liminar	 159
185 – Evolução legislativa	159
186 – Natureza jurídica	160
187 – Classificação das medidas cautelares	161
188 – Restrições ao uso da liminar	162
189 – Revogabilidade da liminar	165
190 – Recorribilidade da decisão sobre pedido de liminar	168
191 – Duração da medida	169
192 – Extinção da medida	171
193 – Responsabilidade pelos danos	172
194 – Suspensão da execução da liminar	173
 Capítulo XV – Da Citação	 175
195 – Sistema das legislações anteriores	175
196 – Modificação pela lei atual e divergência doutrinária	175
197 – Notificação como citação	176
198 – Consequências da posição assumida	177
199 – Supressão das precatórias	178
200 – Forma de citação dos litisconsortes e prazo de defesa	178

Capítulo XVI – Da Defesa	181
201 – Formas de defesa na legislação revogada	181
202 – O sistema da Lei nº 1.533	181
203 – Opiniões contrárias ao novo sistema	182
204 – As informações como contestação e prazo de sua apresentação	182
205 – Arguição de incompetência do juízo	183
206 – A defesa dos litisconsortes passivos necessários	184
207 – Efeitos da falta de contestação pela autoridade coatora	184
Capítulo XVII – Da Função do Ministério Público	185
208 – Divergência doutrinária	185
209 – Funções do Ministério Público Federal e do Estadual	186
210 – Subsídios trazidos pela Lei nº 4.348	186
211 – Situação após a Constituição de 1988	187
Capítulo XVIII – Das Provas	189
212 – Restrições ao sistema probatório do Código	189
213 – Modificações quanto aos meios de prova	189
214 – Modificações quanto ao tempo de produção das provas	190
215 – Exibição de documento	191
216 – Natureza da exibição	191
217 – Exibição por terceiro	192
218 – Ônus da prova	192
Capítulo XIX – Das Despesas Judiciais	195
219 – Responsabilidade pelas custas	195
220 – Possibilidade de condenação em honorários de advogado	196
Capítulo XX – Da Sentença e da Coisa Julgada	199
§ 1º – Da sentença	199
221 – Opiniões sobre a natureza da sentença	199
222 – A sentença mandamental	200
223 – A sentença condenatória	201
224 – A sentença declaratória e a constitutiva	201
225 – Limites do efeito da sentença	203
§ 2º – Da coisa julgada	203
226 – A ação petítória da Constituição de 1934	203
227 – A orientação do Código de Processo Civil de 1939	204
228 – A inovação da Constituição de 1946	204
229 – Necessidade de reexame do assunto	205
230 – A técnica de julgamento do mandado de segurança	205
231 – Opinião de Seabra Fagundes	206
232 – Crítica dessa opinião	206
233 – Limites à renovação da demanda	206
234 – Efeitos da segurança concedida	208
235 – Rejeição da tese de Bueno Vidigal	208

Capítulo XXI – Dos Recursos e da Competência Recursal	209
§ 1º – <i>Dos recursos</i>	209
236 – Recurso contra sentença do juiz singular	209
237 – Recurso contra indeferimento liminar do pedido	211
238 – Recurso contra indeferimento liminar nos tribunais	211
239 – O antigo recurso <i>ex officio</i>	212
240 – Supressão do nome de recurso <i>ex officio</i> no Código de 1973	212
241 – Adaptação da Lei nº 1.533 ao Código novo	213
242 – Reexame obrigatório e facultativo da sentença concessiva	213
243 – Omissão legal do procedimento do reexame obrigatório	214
244 – Procedimento do reexame obrigatório	215
245 – O recurso ordinário	216
246 – Crítica ao restabelecimento	218
247 – Conceito de Recurso Ordinário no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal	218
248 – Conceito de decisão denegatória	219
249 – Recurso ordinário e direito local	221
250 – Mandado de segurança denegado com questão constitucional	221
251 – A uniformização da jurisprudência no mandado de segurança	222
252 – Efeitos do recurso e da remessa <i>ex officio</i> na sentença concessiva	223
253 – Restrições à execução na Lei nº 4.348	224
254 – Crítica à Lei nº 4.348	225
255 – Inconstitucionalidade parcial da Lei nº 4.348	225
256 – O art. 7º da Lei nº 4.348	226
257 – Vigência da liminar quando negado o mandado de segurança, segundo Mendonça Lima	227
258 – Crítica dessa opinião	228
259 – Embargos infringentes antes do Código de 1973	230
260 – Embargos infringentes em apelação no direito atual	231
261 – Embargos infringentes no reexame <i>ex officio</i> da sentença concessiva	236
262 – Embargos no Supremo Tribunal Federal	238
263 – Recurso Extraordinário	239
264 – Recurso Especial	240
265 – Agravo contra suspensão da execução	241
§ 2º – <i>Da competência recursal</i>	242
266 – Competência do Supremo Tribunal Federal	242
267 – Competência do Superior Tribunal de Justiça	243
268 – Competência dos Tribunais Regionais Federais	244
269 – Competência dos Tribunais de Justiça	244
270 – Competência dos Tribunais de Justiça e de Alçada de Minas Gerais	244
271 – Competência dos Tribunais Eleitorais	245
272 – Competência dos Tribunais do Trabalho	245
Capítulo XXII – Da Execução	247
273 – Conceito de execução	247
274 – Opiniões sobre a execução no mandado de segurança	248

275 – Impossibilidade de execução forçada	248
276 – Análise da opinião de Seabra Fagundes	249
277 – Execução específica e execução por reparação	249
278 – Direito comparado	250
279 – Doutrina brasileira	251
280 – Opinião de Bueno Vidigal	252
281 – Evolução do direito brasileiro	252
282 – Conclusão	254
283 – O instrumento para a execução em sentido amplo	254
284 – Natureza desse documento	255
285 – Meios complementares para a execução	256
286 – Execução provisória e seus efeitos	258
287 – Suspensão da execução provisória	261
288 – Recurso e suspensão da execução provisória	263

Parte II

DO MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO

Livro I

NOÇÃO HISTÓRICA

289 – Sistema vigente até 04.10.1988	267
290 – Mandado de segurança com muitos litisconsortes ativos	267
291 – Criação do mandado de segurança coletivo na Constituição de 1988	268

Livro II

OBJETO

292 – Os direitos subjetivos como objeto do mandado de segurança coletivo	269
293 – Interesses difusos como objeto do mandado de segurança coletivo	270
294 – A criação do direito francês	270
295 – Os novos interesses difusos	271
296 – Evolução da proteção desses interesses no Brasil	271
297 – Divergências doutrinárias	272

Livro III

LEGITIMAÇÃO

298 – Legitimação de Partidos Políticos	275
299 – Legitimação de sindicatos, entidades de classe e associações	276

Livro IV

PROCEDIMENTO

300 – Procedimento. Generalidades	279
---	-----

301 – Petição inicial	279
302 – Suspensão liminar	279
303 – Decadência.	280
304 – Litispendência. Assistência	280
305 – Pessoas alcançadas pela sentença	281
306 – Coisa julgada	281
307 – Execução	281
LEGISLAÇÃO	283
Constituição Federal de 1934 (art. 113)	285
Lei nº 191, de 16 de janeiro de 1936	286
Código de Processo Civil de 1939 (arts. 319 a 331) – Do Mandado de Segurança	293
Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951	296
Lei nº 2.770, de 4 de maio de 1956	300
Lei nº 4.166, de 4 de dezembro de 1962	302
Lei nº 4.348, de 26 de junho de 1964	304
Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964 (art. 39)	306
Lei nº 4.862, de 29 de novembro de 1965 (art. 51)	307
Lei nº 5.021, de 9 de junho de 1966	308
Lei nº 6.014, de 27 de dezembro de 1973 (art. 3º)	310
Lei nº 6.071, de 3 de julho de 1974 (art. 1º)	311
Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979 (arts. 21 e 101)	312
Lei nº 6.978, de 19 de janeiro de 1982 (art. 12)	313
Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992 (art. 2º)	314
Lei nº 9.259, de 9 de janeiro de 1996 (art. 2º)	315
Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004 (art. 19)	316
Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001 (art. 14)	317
Trabalhos do Autor	319
Bibliografia	321
Índice Alfabético-Remissivo.	329